

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Silvio Felix do Nascimento Filho**

**A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE  
AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO  
SÉCULO 21**

**Resende  
2023**



APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A  
GOVERNANÇA DA PESQUISA E EXTENSÃO ACADÊMICAS  
NA AMAN

AMAN  
2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS  
DE NATUREZA PROFISSIONAL

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA  
DE SELVA NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E  
AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21

AUTOR: SILVIO FELIX DO NASCIMENTO FILHO

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de junho de 2023

Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

N244u NASCIMENTO FILHO, Silvío Felix do

A utilização dos batalhões de infantaria de selva no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na amazônia no século XXI / Silvío Felix do Nascimento Filho – Resende; 2023. 54 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Caio Facchini Rodrigues  
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Batalhão de Infantaria de Selva. 2. Crimes transfronteiriços. 3. Crimes ambientais. 4. Amazônia. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Silvio Felix do Nascimento Filho

**A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE  
AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO  
SÉCULO 21**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção de título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Caio Facchini Rodrigues

Resende  
2023


Silvio Felix do Nascimento Filho

**A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE  
AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO  
SÉCULO 21**

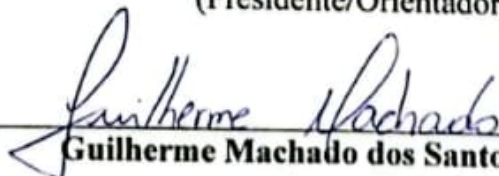
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção de título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de junho de 2023:

Banca examinadora:



**Caio Facchini Rodrigues - 1º Ten**  
(Presidente/Orientador)



**Guilherme Machado dos Santos - 1º Ten**



**Felipe Ramon Nascimento Córdova - Maj**

Resende  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter sido meu refúgio, me dando força e amparo em todos os momentos dessa caminhada.

Aos meus amados pais, Silvio e Ângela, que nunca mediram esforços em minha criação, dedico minha eterna gratidão, amor e respeito. Estendo esse agradecimento às minhas queridas irmãs, Talita e Sofia, que sempre permaneceram ao meu lado independentemente da situação, e completam em mim o verdadeiro significado de "lar".

À minha querida noiva, Vanessa, que em todos os momentos turbulentos dessa jornada foi meu conforto e calma.

Ao meu orientador, Primeiro Tenente Caio Facchini Rodrigues, pela paciência e dedicação durante a elaboração deste trabalho.

Por fim, aos meus eternos camaradas da Vanguardreira 2023, que ombrearam comigo em todos os momentos dessa formação, mostrando o verdadeiro significado da frase: "a fraterna convivência nos ensina o valor de uma sã camaradagem".

*"Lembremo-nos de que o homem interior se renova sempre. A luta enriquece-o de experiência, a dor aprimora-lhe as emoções e o sacrifício tempera-lhe o caráter."*

Chico Xavier

## RESUMO

### A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21

AUTOR: Silvio Felix do Nascimento Filho

ORIENTADOR: Caio Facchini Rodrigues

Os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) têm sido largamente empregados para o combate a crimes transfronteiriços na Amazônia, tendo em vista que a fronteira do Brasil é muito grande e os órgãos governamentais não conseguem efetivamente guarnecê-las. Considerando a extensão territorial da Amazônia, a realização de operações envolvendo o Exército Brasileiro, utilizando os BIS é ainda mais evidente, a exemplo da Operação Ágata e da Operação Verde Brasil. Do mesmo modo, colaborando com a população que habita a Amazônia, o Exército Brasileiro atua no Programa Calha Norte, que também serve de colaboração ao combate a crimes transfronteiriços. Este trabalho tem como objetivo geral verificar como se dá a utilização dos BIS nos combates aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na Amazônia no século 21 e, para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e quantitativa para melhor compreensão do cenário estudado. Diante desse contexto, estudos que abordam operações de combate a esses ilícitos tornam-se relevantes tanto para discutir a efetividade e consequências dessas operações, quanto para evidenciar o trabalho realizado por esses militares, visto que a complexidade de defender a Amazônia torna-se crescente à medida que se aumenta o interesse de outras nações na riqueza dessa região. Os resultados indicaram que a presença dos Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônia tem sido efetiva na diminuição de crimes transfronteiriços e, consequentemente, na garantia da soberania nacional.

**Palavras-chave:** Batalhões de Infantaria de Selva. Crimes transfronteiriços. Crimes ambientais. Amazônia.



## ABSTRACT

### **THE USE OF JUNGLE INFANTRY BATTALIONS IN THE FIGHT AGAINST CROSS-BORDER AND ENVIRONMENTAL ILLEGALS IN THE AMAZON IN THE 21ST CENTURY**

AUTHOR: Silvio Felix do Nascimento Filho

ADVISOR: Caio Facchini Rodrigues

The Jungle Infantry Battalions (BIS) have been widely employed in combating transborder crimes in the Amazon, given that Brazil's border is extensive and government agencies are unable to effectively secure it. Considering the territorial expanse of the Amazon, the involvement of the the Brazilian Army, utilizing the BIS, is even more evident, as seen in Operation Ágata and Operation Verde Brasil. Similarly, in collaboration with the population residing in the Amazon, the Brazilian Army participates in the Calha Norte Program, which also contributes to combating transborder crimes. The general objective of this work is to examine how the BIS is utilized in combating transborder and environmental offenses in the 21st century Amazon. To achieve this, a bibliographic and quantitative research approach was employed to enhance the understanding of the studied scenario. In this context, studies that address operations to combat these illicit acts become relevant both to discuss the effectiveness and consequences of these operations, and to highlight the work carried out by these military personnel, since the complexity of defending the Amazon becomes increasing with age, as the interest of the other nations in the richness of this region increases. The results indicated that the presence of Jungle Infantry Battalions in the Amazon has been effective in reducing transborder crimes and, consequently, ensuring national sovereignty.

**Keywords:** Jungle Infantry Battalions. Cross-border crimes. Environmental crimes. Amazon.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amazônia .....	16
Figura 2 - Mapa da Operação Ágata.....	22
Figura 3 - Balanço final da Operação Verde Brasil.....	24

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 .....	28
Gráfico 2 .....	29
Gráfico 3 .....	30
Gráfico 4 .....	31
Gráfico 5 .....	32
Gráfico 6 .....	33
Gráfico 7 .....	33
Gráfico 8 .....	36

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 - Resultados divulgados pelo Exército, no 2º semestre de 2018 e no ano de 2019..... 49

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 A AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	15
2.2 POLÍTICAS DE FRONTEIRA BRASILEIRA.....	17
2.3 O PROGRAMA CALHA NORTE.....	18
2.4 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS.....	19
2.5 OPERAÇÃO ÁGATA.....	21
2.6 OPERAÇÃO VERDE BRASIL.....	23
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	25
3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	26
3.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	28
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO ELABORADO NO GOOGLE FORMS.....	45
ANEXO: TABELA - RESULTADOS DIVULGADOS PELO EXÉRCITO, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 E NO ANO DE 2019.....	49

## 1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas têm como uma de suas missões constitucionais “defender a honra, a integridade e a soberania da Pátria contra agressões externas” (BRASIL, 1941). Dessa maneira, entende-se como primordial que o Estado adote medidas com ênfase na expressão militar para defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2016). Entende-se por soberania, consoante Celso Ribeiro Bastos (1999), como a admissão estatal das forças provenientes apenas dos poderes juridicamente constituídos, não permitindo a intervenção de qualquer força externa ao Estado.

Ao se tratar de Defesa Nacional, nota-se que a Amazônia é uma das preocupações recorrentes do Brasil no quesito segurança. Sobre esse ponto, observou-se que, ao longo do século 19 e início do século 20, o principal desafio estava relacionado à manutenção e à expansão da fronteira norte e oeste do país. Contudo, no século 21 os novos desafios giram em torno do combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais, como o tráfico de drogas, o tráfico humano, o tráfico de animais, o desmatamento, a garimpagem, dentre outros (COSTA, 2022).

A Amazônia é o maior bioma do território brasileiro e, segundo dados extraídos da obra *Geopolítica - Volume II*, do General Carlos de Meira Mattos, corresponde a um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, compreendendo a maior biodiversidade e banco genético do mundo, além de conter em seu território um quinto da disponibilidade de água potável mundial (MATTOS, 2011). Por conseguinte, a porção amazônica brasileira corresponde a 61% do território brasileiro e possui uma faixa de fronteira de aproximadamente 11.000 km, que em diversas partes não é claramente balizada, devido à cobertura vegetal da floresta (BRASIL, 1997a).

Como demonstrado nos dados supramencionados, há de se reconhecer o extenso potencial da Amazônia, tanto em aspecto territorial, quanto de recursos biológicos, bem como a sua importância para o ecossistema global. Dessa maneira, a notoriedade da Amazônia acaba atraindo constante cobiça por parte de várias nações, acarretando problemas sérios à soberania nacional brasileira. Por essa razão, o aumento da presença do Estado na referida área tornou-se imprescindível, o que foi apoiado por agentes estaduais em pontos estratégicos mais isolados da região amazônica (ANDRADE, 2020).

A Política Nacional de Defesa (PND) evidencia a importância de se manter as fronteiras ativas, proteger o meio ambiente e utilizar de forma sustentável os recursos naturais para que ocorra o desenvolvimento e a integração da região (BRASIL, 2016). Com o intuito de garantir

o desenvolvimento sustentável e de mitigar delitos ambientais e transfronteiriços por meio de operações repressivas, as Forças Armadas se fazem presentes nas fronteiras, constituindo-se um fator-chave para a garantia da lei e da ordem nessa área (CERQUEIRA, 2022).

Destarte, as Organizações Militares (OM) do Exército têm grande incumbência ao atuar na defesa, desenvolvimento e integração regional da Amazônia. Os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) são os principais responsáveis por essa região, tendo em vista as peculiaridades do teatro de operações, o qual é formado por uma grande área de selva, com condições climáticas e meteorológicas adversas (BRASIL, 2007).

Diante do exposto, o tema deste trabalho desenvolve-se a partir da atuação dos Batalhões de Infantaria de Selva no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais no contexto operacional amazônico. A cobiça pelas riquezas da região motiva a formação de grupos criminosos, que visam aproveitar-se do grande vazio demográfico da região e da permeabilidade da Amazônia para cometer atividade ilícitas. Esses grupos devem ser coibidos pelo Exército Brasileiro, por meio de Unidades especializadas e treinadas para esse tipo de conflito.

Isso posto, o presente estudo aborda os BIS e sua aplicação desdobrada em suas frações orgânicas, tais como as Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira, na proteção do solo amazônico a partir do século 21, e discorre a respeito dos crimes transfronteiriços e ambientais. Com isso, diante dos desafios apresentados para manter a segurança das fronteiras da Amazônia, torna-se pertinente problematizar a seguinte questão: como o Exército Brasileiro tem operado, por meio dos Batalhões de Infantaria de Selva, no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na Amazônia no século 21, e quais são as consequências que essas operações têm gerado?

Esta pesquisa torna-se relevante por apresentar o trabalho realizado pelos BIS e por suas frações subordinadas, os quais são, por vezes, desconhecidos e muitas vezes negligenciados pelo senso comum. Assim, pretende-se conscientizar a sociedade sobre as ameaças que o Brasil sofre constantemente na fronteira amazônica e expor o esforço e a abnegação que os militares brasileiros empenham na defesa da soberania nacional.

Justifica-se o tema tendo em vista a sua relevância para a atual situação geopolítica do país, uma vez que é crescente a pauta sobre a internacionalização da Amazônia, o que demonstra o interesse de diversas nações nas riquezas presentes em nosso território. Além disso, deve-se considerar a ameaça constante que envolve as fronteiras, sendo uma afronta à soberania nacional, restando a esses Batalhões atuar em prol da defesa e do desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo estão a introdução e os objetivos geral e específicos. O segundo capítulo diz respeito ao referencial teórico com os tópicos: A Amazônia brasileira, políticas de fronteira, crimes transfronteiriços e ambientais, Programa Calha Norte, Operação Ágata e Operação Verde Brasil. O terceiro capítulo aborda o referencial metodológico e o quarto capítulo apresenta os resultados e a discussão. O último capítulo é composto pelas considerações finais seguido das referências e anexos.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar a eficácia dos Batalhões de Infantaria de Selva nas operações de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais na Amazônia no século 21.

### 1.1.2 Objetivos específicos

A fim de possibilitar a consecução do objetivo geral supracitado, foram elencados quatro objetivos específicos, que estimularam o desenvolvimento lógico do raciocínio apresentado neste trabalho, os quais estão expostos a seguir:

- a) Descrever as principais características do bioma amazônico na porção brasileira;
- b) Analisar como o Exército Brasileiro se enquadra nas políticas de fronteira;
- c) Verificar os principais ilícitos transfronteiriços e ambientais que ocorrem na Amazônia abordando sobre as consequências sociais e ecológicas para região;
- d) Analisar a atuação dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) nas fronteiras da Amazônia no que diz respeito ao combate de ilícitos transfronteiriços e ambientais.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

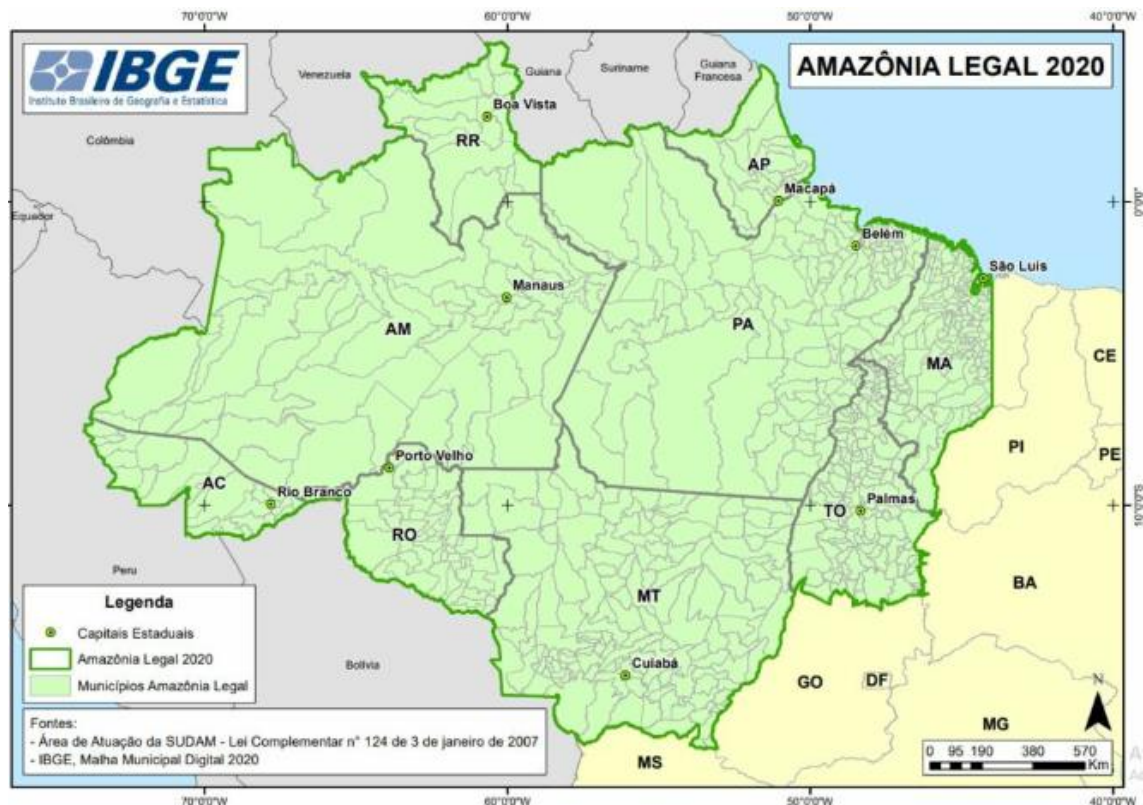
### 2.1 A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia caracteriza-se por ser a maior floresta do mundo. Ela abrange, aproximadamente, sete milhões de quilômetros quadrados e compreende uma vasta biodiversidade, a maior bacia hidrográfica do mundo e grande riqueza mineral. Segundo Andrade (2020), a Amazônia é uma área da América do Sul compartilhada por nove países. Além do Brasil, que detém 69% do espaço amazônico, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa também usufruem desse vasto bioma.

No Brasil, a porção amazônica ocupa 61% do território brasileiro, a qual compreende uma área de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados que engloba os estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Essa região político-geográfica, chamada de Amazônia Legal, foi criada por Lei Federal em 1953 com o objetivo de promover políticas especiais de proteção e desenvolvimento da região amazônica. O estado brasileiro que ocupa a maior área da Amazônia Legal é o Amazonas, com quase 1,6 milhão de quilômetros quadrados, seguido pelo estado do Pará, com 1,25 milhão de quilômetros quadrados (DUQUE, 2019).

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) traz dados quanto à área territorial protegida da Amazônia, a sua biodiversidade e o seu histórico de ocupação. Em relação ao primeiro ponto, a floresta amazônica possui 2,1 milhões de quilômetros quadrados de área protegida. Já no que tange à biodiversidade, a selva amazônica comporta um quarto de todas as espécies conhecidas do mundo, o que inclui, em espécies, 30 mil plantas, 2.500 peixes, 1.500 aves, 500 mamíferos, 550 répteis e 2,5 milhões de insetos. Por fim, no que se refere ao histórico de ocupação, sabe-se que a Amazônia é habitada há pelo menos 11 mil anos e hoje tem 34 milhões de habitantes, dos quais dois terços vivem em cidades. Ademais, os dados apontam que quase três milhões são indígenas organizados em cerca de 420 aldeias diferentes, entre as quais cerca de sessenta vivem em total isolamento. Os indígenas amazônicos falam 86 línguas e 650 dialetos (OTCA, 2022).

Figura 1 - Amazônia



Fonte: IBGE (2020)

Além da riqueza natural evidenciada pela grandiosidade do território amazônico e a biodiversidade que a compõe, há de se destacar os estoques de minérios como ouro, prata, cobre, ferro, nióbio, manganês, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, tântalo, zircônio, urânio e diamante (CARMO, 2017), e o volume hidrográfico presentes na região. A Amazônia compreende a maior bacia hidrográfica do planeta, com cerca de 7.000.000 km<sup>2</sup> e 1.100 afluentes, a qual concentra cerca de 15% das águas superficiais em forma líquida existentes, o que torna a região em um verdadeiro tesouro hídrico. Vale ressaltar que a maior parte da bacia Amazônica está inserida no território brasileiro, abrangendo cerca de 3,8 milhões de km<sup>2</sup>, que se constituem como importante recurso estratégico para o desenvolvimento econômico e sustentável da região (MEIRELLES, 2007).

Diante da abundância de recursos e riquezas naturais, a Amazônia brasileira acaba sendo alvo de cobiça internacional, o que torna crucial a atenção no que tange à participação do Brasil em convenções ambientais e acordos multinacionais relacionados à Floresta Pluvial, de modo a garantir a soberania nacional.

## 2.2 POLÍTICAS DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil, diferente dos países andino-amazônicos, tem uma política de fronteiras que se condensa na chamada faixa de fronteira, a qual corresponde a um corredor interior com extensão média de 150 quilômetros que se estende paralelamente aos limites do país com todos os seus vizinhos. Esse cinto é dividido em três grandes arcos: o primeiro cobre a fronteira da Amazônia brasileira com as Guianas; o segundo, a fronteira com os países andino-amazônicos e o terceiro, as fronteiras com Paraguai, Argentina e Uruguai ao sul (IPEA, 2011).

A política de fronteira brasileira começou a ser fomentada no governo de Getúlio Vargas e, nas últimas décadas, esteve subordinada às políticas de segurança do Estado Brasileiro. No Brasil, a política de segurança da Amazônia se desenvolveu em resposta às ameaças feitas pelo conflito armado colombiano, invocando-se a necessidade de interditar as atividades do narcotráfico recorrentes nessa região (IPEA, 2011).

Assim, a situação retratada explica a presença e o estabelecimento de vários batalhões, com mais de dez mil soldados nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, Colômbia e Peru, em um território onde a maior parte da população é indígena. Insta ressaltar, que a população fronteiriça se encontra dispersa em uma zona com linhas de fronteira quase imperceptíveis. Sugere-se, portanto, desproporção entre o equipamento militar e as ameaças reais representadas pela população que habita essas regiões (ANDRADE, 2021).

No contexto atual, percebe-se que essa zona conflituosa, que não afeta apenas o lado brasileiro da fronteira, tem sido um desafio da permanente força militar que visa enfrentar e deter negócios criminosos relacionados à produção de cocaína e ao garimpo ilegal, bem como as esporádicas manifestações de movimentos guerrilheiros da Colômbia (BARROS, 2021).

Torna-se evidente que a integração é um aspecto importante nas políticas de fronteira dos países amazônicos e nas suas relações internacionais. Diversas são as referências à necessidade de cooperação para alcançar a integração econômica das zonas fronteiriças e de coordenar a gestão das entidades territoriais. Dessa maneira, em 1978 foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com a participação dos oito países da bacia amazônica. Em 1995, o TCA foi renomeado como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento harmonioso da região, através da preservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos amazônicos (OTCA, 2022).

Nesse cenário, foram criados os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), os quais são responsáveis por proteger toda a extensão da faixa de fronteira brasileira, guarnecendo pontos estratégicos para a defesa do Estado. Essas frações destacadas também realizam serviços de saúde, educação e cidadania em benefício das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região, além da defesa militar (PORTO; CAVLAK; NORONHA, 2018).

Vale ressaltar que a Lei Complementar nº136, de 25 de agosto de 2010 prevê, por meio da inclusão do Art. 16A à Lei Complementar nº 97, que as Forças Armadas detenham o poder de polícia para atuar na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, tanto em ações preventivas quanto repressivas. Isso significa que a participação das Forças Armadas na segurança pública nessas áreas adquiriu caráter permanente, independentemente das condições impostas ao emprego na Garantia da Lei e da Ordem. Essa mudança ilustra a responsabilidade e importância atribuída aos BIS e PEF na proteção das fronteiras e na segurança do país como um todo.

### 2.3 O PROGRAMA CALHA NORTE

Segundo Silva (2015), a proteção da Amazônia era uma parte essencial da Doutrina de Segurança Nacional do Brasil (DSN) durante a década de 1970. O foco da DSN consistia em segurança interna e externa, bem como desenvolvimento econômico. Inicialmente, a preocupação era restrita à ameaça dos guerrilheiros, foco que mudou, após a redução dessa ameaça, para a proteção das fronteiras da região amazônica.

Com o fim da Guerra Fria, a principal preocupação dos militares era como reagir a uma possível invasão estrangeira na Amazônia. Para enfrentar esses desafios, o Governo Militar implementou o Programa Calha Norte (PCN), um plano de desenvolvimento e segurança na região norte dos rios Solimões e Amazonas. O PCN propôs uma maior presença do Estado na região, fortalecida por postos de fronteira, melhor infraestrutura e desenvolvimento econômico, a fim de proteger a região entre os dois rios e até a fronteira norte do Brasil. Essas iniciativas refletem a importância dada pelos militares à proteção da Amazônia como parte da segurança nacional do país (MARQUES, 2021).

O Programa Calha Norte é uma iniciativa do Governo Federal Brasileiro que teve início em 1985 com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento sustentável da Região Norte do Brasil, com foco na segurança e na preservação ambiental. Coordenado pelo Ministério da Defesa a partir de 1999, o programa abrange 379 municípios nos estados do Acre,

Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima. O programa beneficia cerca de nove milhões de brasileiros, incluindo 46% de indígenas, e corresponde a uma área que representa 44% do território nacional (ÂNGELO, 2019).

Atualmente, o programa inclui medidas como a construção de postos de fronteira, infraestrutura e desenvolvimento econômico na região entre os rios Solimões e Amazonas. Kede (2019) evidencia as atuações civis e militares do PCN, na qual a vertente civil atua na promoção do desenvolvimento regional, como, por exemplo, com construção de estradas, escolas, hospitais, portos, implantação de rede elétrica, dentre outros; enquanto a vertente militar centraliza as suas ações para o desenvolvimento sustentável da região e com a manutenção da soberania e integridade do território nacional.

O programa alinha-se com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, tendo em vista que busca aumentar a densidade demográfica à medida em que presta assistência à população e as fixam na região. Além disso, o programa promove o desenvolvimento sustentável; produz melhorias nas condições de vida das populações; integra a população à cidadania; moderniza os sistemas de gestão municipal e fortalece as atividades econômicas. Da sua criação aos dias atuais foram investidos aproximadamente três bilhões de reais para o desenvolvimento regional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

#### 2.4 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS

A violência na Amazônia brasileira é crescente e, atualmente, treze das trinta cidades mais perigosas do país estão nela situadas (JAMES, 2020). Dentre os delitos que assolam a região, o tráfico de drogas e os crimes ambientais são os principais responsáveis por fomentar a violência, segundo o projeto Cartografia das Violências na Região Amazônica, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021).

A investigação destaca três principais fatores para o aumento dos registros de violência na Amazônia: o aumento da presença de facções do crime organizado e as disputas entre elas por rotas transnacionais de drogas; desmatamento para desenvolver agricultura e pecuária; e garimpo ilegal e o avanço dessa atividade em terras indígenas.

De acordo com Cassânego (2017), os ilícitos transfronteiriços impactam não apenas o aspecto econômico, mas também as questões territoriais, ambientais e sociais. O extrativismo desenfreado dos recursos minerais, de madeira e de outras riquezas naturais, causa um notório prejuízo ecológico e ambiental à nação brasileira. Da mesma maneira, a utilização das

fronteiras, por nacionais e estrangeiros, para comercialização de substâncias e produtos ilícitos, e armamentos e munições, afronta a soberania nacional e contribui para o aumento dos índices de violência e desequilíbrio social.

As organizações do narcotráfico estão presentes em todos os nove estados da Amazônia Legal. Ao todo são conhecidas vinte e uma facções, mas apenas três delas lideram as disputas pelo controle do território: o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, que foram criados há cerca de 30 anos e têm presença mais incisiva no norte do país desde 2018, e a Família Norte, formada no estado do Amazonas em 2007 (JAMES, 2020).

Sete países fazem fronteira com a Amazônia brasileira: Bolívia, Colômbia e Peru, considerados os principais produtores de cocaína do mundo, além de Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. A proximidade com nações fornecedoras de drogas é um dos motivos que explica a atração que a região exerce sobre as organizações do narcotráfico (CERQUEIRA, 2022). Contudo, a questão se torna mais complexa ao se tratar dos vínculos entre grupos criminosos brasileiros e de países sul-americanos. As facções brasileiras dependem dessas relações para receber a droga e operacionalizar plenamente a venda de cocaína, *ecstasy* e *skunk* (maconha com alto teor de Tetra-hidrocarbinol) no mercado doméstico e em transações envolvendo o mercado global.

Segundo Souza (2020), as áreas sob pressão do desmatamento são mais violentas do que as áreas de floresta. Os conflitos fundiários são os principais responsáveis por esses índices, como os causados por ocupações irregulares de terras. Esse tipo de ação criminosa costuma se valer de desmatamentos, queimadas e falsificação de documentos para apropriar-se de terras do poder público ou de pessoas físicas. O desmatamento funciona como fator de aumento do preço da terra, que pode valer mais de vinte vezes o valor de uma terra ainda coberta por floresta.

No contexto atual da região amazônica, o garimpo ilegal apresentou um aumento alarmante de 495% em dez anos, de acordo com o IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (2021). Essa atividade, que consiste na extração de minérios, em especial do ouro, é realizada, na maioria das vezes, de forma clandestina, o que causa danos ambientais significativos, como a contaminação dos rios e dos solos, impactando negativamente os povos indígenas que dependem desses recursos para sobreviver (CERQUEIRA, 2022).

Ademais, é importante destacar que o uso do mercúrio na extração do ouro é altamente tóxico, o que prejudica tanto o meio ambiente quanto a saúde humana, além de gerar prejuízos econômicos estimados em R\$ 1,7 milhão por cada quilo de ouro extraído ilegalmente na Amazônia, segundo dados do Ministério Público Federal do Amazonas (2020). Dessa maneira, diversas operações vêm sendo realizadas a fim de combater essa atividade, visto que o garimpo

gera conflitos entre indígenas, garimpeiros, ambientalistas, forças de segurança pública e facções criminosas do crime organizado, as quais, desde 2018, passaram a explorar a atividade como forma de lucro e lavagem de dinheiro (SOUZA, 2020).

Para lidar com o complexo problema da violência na Amazônia, o Governo do Brasil intensificou sua atuação na região. A partir de 2018, o Exército Brasileiro (EB) aumentou seu efetivo em 5%, enviando mais 1.624 militares para os Comandos da Amazônia nas regiões Norte e Oeste, que têm jurisdição sobre o território amazônico. Atualmente, o EB possui um contingente de 32.622 militares atuando na região (SOUZA, 2020). Além disso, o número de operações de combate à criminalidade transfronteiriça e ambiental também aumentou significativamente, com 125 operações realizadas somente no Comando Militar da Amazônia até maio de 2022, em comparação com as 148 operações realizadas em todo o ano de 2021.

Outra iniciativa importante foi o lançamento de dois microssatélites pela Força Aérea Brasileira (FAB) em maio de 2022, o que contribuiu com as ações do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão subordinado ao Ministério da Defesa. Esses satélites são usados para monitorar a região amazônica e ajudar no combate ao narcotráfico e garimpo ilegal, atualizar produtos cartográficos, determinar a navegabilidade dos rios, visualizar incêndios florestais, controlar desastres naturais, monitorar a Zona Econômica Exclusiva e apoiar a vigilância e controle de fronteiras (MOTA, 2022). Essas iniciativas demonstram a preocupação do governo em proteger a região e preservar seus recursos naturais.

## 2.5 OPERAÇÃO ÁGATA

A Operação Ágata é uma importante ação conjunta das Forças Armadas brasileiras em colaboração com diversos serviços de segurança civil e fiscalização para combater o crime organizado transfronteiriço nas fronteiras do país. Essa operação envolve um grande contingente de militares, caças, helicópteros, Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT), navios de patrulha fluvial, juntamente a membros de outros órgãos federais e estaduais, como a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria da Receita Federal, o Sistema de Proteção da Amazônia, a Força Nacional de Segurança e a ABIN, Agência Brasileira de Inteligência (BRASIL, s.d.).

O principal objetivo da Operação Ágata é coibir atividades criminosas transfronteiriças, como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Além disso, a Operação também serve como uma oportunidade

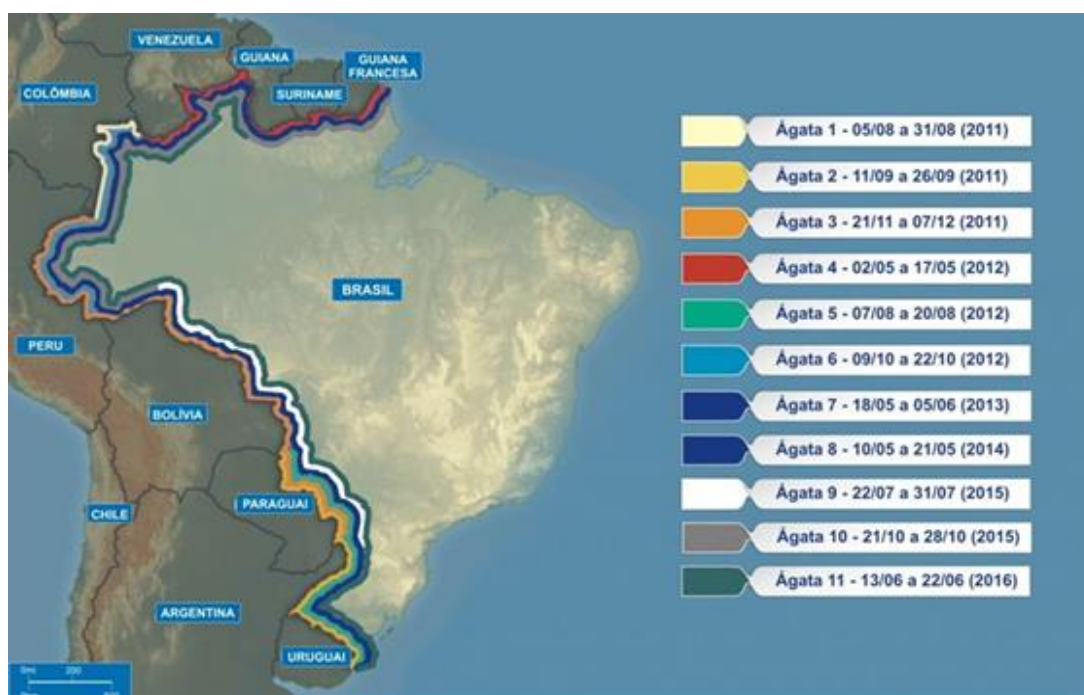
para que as Forças Armadas possam familiarizar-se com equipamentos recém-adquiridos em um ambiente tático de risco relativamente baixo (COSTA, 2022).

A Operação Ágata reflete os objetivos de presença e proteção fronteiriços do Plano Estratégico de Fronteira (ZAIA, 2013), sendo coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e sob a responsabilidade do Ministério da Defesa (MD). A operação é realizada em acordo com os países vizinhos do Brasil e abrange atividades de níveis variados de complexidade, como vigilância aérea, operações de patrulha e postos de bloqueio e inspeções nos rios e estradas que dão acesso ao território nacional (MUNIZ, 2018).

É notório que a Operação Ágata tem sido de fundamental importância para redução dos crimes transfronteiriços no Brasil. Embora a erradicação completa desses ilícitos seja um objetivo difícil de ser alcançado, somente no ano de 2020 foram apreendidas 146.000 toneladas de manganês, o equivalente a uma tonelada de maconha processada, além de mais de noventa embarcações apreendidas, com duas apresadas. Isso demonstra a efetividade da Operação na redução do crime organizado de fronteira (BRASIL, 2020).

A diminuição desses ilícitos impacta diretamente a população, pois reduz a entrada de drogas e armas ilegais no país, o que causa a redução da violência social. Ademais, a operação contribui para a proteção da soberania nacional, uma vez que impede a entrada de produtos ilegais em território brasileiro e protege a integridade das fronteiras do país (GUARINO, 2019).

Figura 2 - Mapa da Operação Ágata



Fonte: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (2016)



## 2.6 OPERAÇÃO VERDE BRASIL

A Operação Verde Brasil foi uma iniciativa do Governo Federal Brasileiro que iniciou em 2019 e teve como objetivo combater o desmatamento e os crimes ambientais na Amazônia Legal. Essa Operação foi realizada em duas fases e se enquadra em uma Operação de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), conduzida pelas Forças Armadas em conjunto com outros órgãos governamentais e realizada por meio de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) Ambiental (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

A Operação Verde Brasil 1 teve resultados expressivos, com uma redução significativa do desmatamento e do número de queimadas na região amazônica, além da apreensão de madeira ilegal, de equipamentos utilizados para cometer crimes ambientais e da detenção de infratores. Além disso, a operação também possibilitou uma maior fiscalização e controle de atividades ilegais na região, contribuindo para a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais da Amazônia (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Já a Operação Verde Brasil 2 começou em maio de 2020 e foi estendida até abril de 2021, com o objetivo de coibir o desmatamento, o garimpo ilegal e os focos de incêndio na Amazônia Legal. Durante essa operação, as Forças Armadas atuaram em OCCA com agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública, da Agência Brasileira de Inteligência e com membros do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As ações incluíram a realização de operações de fiscalização, patrulhamento fluvial e terrestre, além da destruição de maquinário usado em atividades ilegais na região (BRASIL, 2020).

A operação apresentou resultados significativos, como a redução no desmatamento na Amazônia Legal em relação ao ano anterior, a prisão de criminosos ambientais, a inutilização de veículos e equipamentos utilizados no garimpo ilegal, a apreensão de embarcações, veículos diversos, drogas e madeira, a aplicação de mais de 3 bilhões de reais de multas em infrações e o combate eficaz aos focos de incêndio. Apesar dos resultados positivos dessa Operação, ainda há muito a ser feito para garantir a proteção da Amazônia e combater os crimes ambientais na região. A continuidade das operações e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a preservação da maior floresta tropical do mundo (BRASIL, 2021).

Figura 3 - Balanço final da Operação Verde Brasil



Fonte: BRASIL (2021)

### 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes primária e secundárias, tais como artigos científicos, monografias, dissertações e teses para constatar o que há de mais relevante e atualizado sobre a atuação dos Batalhões de Infantaria de Selva no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na Amazônia no século XXI. Esses materiais serviram como alicerce teórico para a problemática desta pesquisa.

Para esta pesquisa no campo das Ciências Militares, foram utilizadas como fontes teóricas as monografias de oficiais formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), bem como trabalhos realizados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), acessados por meio da Biblioteca do Exército.

No que tange ao campo jurídico sobre a atuação do EB com poder de polícia na faixa de fronteira, o trabalho utilizou a Lei Complementar N°97, de 09 de junho de 1999, e a Lei Complementar N°136, de 25 de agosto de 2010, as quais foram complementadas pelo Art. 16A acrescentado à LC 97.

Por fim, foram utilizadas páginas oficiais do Ministério da Defesa e do Governo do Brasil como fonte de pesquisa, para obter informações atualizadas sobre as operações recentes realizadas na faixa de fronteira, bem como verificar dados do *IBGE*, da *OTCA* e do *IPEA*. Vale ressaltar que também foi usada a plataforma *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na *Internet*, para pesquisar sobre os ilícitos transfronteiriços e ambientais.

A pesquisa bibliográfica retornou extensa produção acadêmica envolvendo a atuação do Exército na região Amazônica, sendo que os principais trabalhos, elaborados tanto por civis quanto por militares, abordavam a geopolítica, a defesa e o desenvolvimento da Amazônia.

A partir do conteúdo bibliográfico, foi elaborado um questionário com o intuito de coletar informações acerca da atuação dos Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônia. O questionário será detalhado na próxima subseção.

Considerando o exposto, a presente pesquisa caracteriza-se por utilizar a abordagem mista — isto é, reúne análises de caráter qualitativo, a partir da pesquisa bibliográfica, e de caráter quantitativo, a partir da análise dos dados do questionário. Essa abordagem, segundo Creswell (2010), possibilita aprofundar a análise do tema de pesquisa e compreendê-la de maneira mais abrangente.

O método utilizado foi o indutivo, tendo em vista que se buscou aprofundar o entendimento de uma situação específica: a atuação de militares nos Batalhões de Infantaria de Selva contra crimes transfronteiriços e ambientais, para que se possa compreender um fenômeno de forma mais generalista, que envolve a atuação do Exército na defesa da soberania nacional.

### 3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa consistiu na aplicação de um questionário com o intuito de analisar a atuação dos Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônia. O questionário disponibilizado no Apêndice A foi elaborado pelo próprio autor a partir do embasamento teórico colhido na pesquisa bibliográfica realizada.

O questionário foi realizado de forma virtual, mediante a utilização da ferramenta *Google Forms*. A disponibilização do questionário de forma *online* foi a mais adequada para atingir maior número de participantes da pesquisa, considerando que muitos deles residiam em localidades diferentes da residência do pesquisador. Os participantes foram selecionados a partir da técnica de amostragem por conveniência, sendo o requisito para a seleção já ter servido ou estar servindo em Batalhões de Infantaria de Selva. Ao todo foram coletadas trinta e sete (37) respostas.

O instrumento da pesquisa foi composto por perguntas objetivas e uma questão aberta, para que o participante pudesse expor o modo como analisa a opinião pública em relação à atuação do Exército Brasileiro nas operações de crimes fronteiriços. As informações foram coletadas durante o mês de abril de 2023.

A estrutura do questionário foi a seguinte: primeiramente, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual, havendo concordância dos termos expostos, o participante estaria apto a continuar respondendo a pesquisa. Após isso, buscou-se identificar se o militar serviu ou está servindo em algum Batalhão de Infantaria de Selva, assim como especificar qual foi a Organização Militar (OM) em que o participante serviu/serve. As demais questões buscaram verificar os tipos de operação dos quais os BIS participam nos dias atuais e quais são os resultados visíveis obtidos. Para tanto, as perguntas abordaram os tipos de operação dos quais os entrevistados participaram, os materiais apreendidos e o impacto das operações na região amazônica, tais como, impacto econômico, social, cultural, ambiental, político, dentre outros. Por fim, foi disponibilizado espaço para resposta da questão aberta e avaliação do trabalho realizado por esses batalhões.

### 3.2 ETAPAS DA PESQUISA

Os estudos para a realização da pesquisa iniciaram-se por meio de uma abordagem bibliográfica. Após obter o arcabouço teórico necessário para iniciar a elaboração do trabalho, notou-se que a utilização de um levantamento de dados por meio de um questionário seria relevante para complementar as literaturas abordadas, corroborá-las ou refutá-las. Dessa maneira, foi elaborado o instrumento de pesquisa e, posteriormente, realizado ajustes, com auxílio do oficial orientador, referentes à quantidade de perguntas e qualidade da pesquisa, para que pudesse ser mais objetiva e eficiente. Em seguida, o formulário foi divulgado por meio do aplicativo *Whatsapp* para oficiais e praças que já serviram ou servem em Batalhões de Infantaria de Selva bem como em frações orgânicas a esses Batalhões, como as Companhias Especiais de Fronteira e os Pelotões Especiais de Fronteira. Por fim, os dados foram analisados a fim de atingir o objetivo proposto pela pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

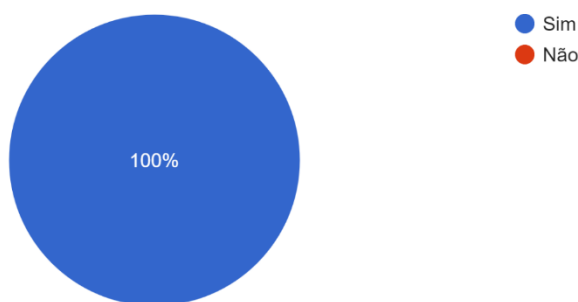
No total, trinta e sete (37) militares com experiência em Batalhões de Infantaria de Selva responderam ao questionário. Dentre eles, três participantes assinalaram ter trabalhado no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), OM responsável por aplicar o curso que especializa esses militares em operações no ambiente amazônico. Ressalta-se que todos os respondentes concordaram com o TCLE e todos marcaram “sim” no item que questionava sobre servir ou ter servido em algum BIS, conforme demonstrado no gráfico 1.

Os resultados obtidos por meio do questionário foram expostos a partir de gráficos circulares ou em barra para permitir uma visualização mais acessível. Posteriormente, apurou-se as informações obtidas de todos os participantes da pesquisa e fez-se uma análise descritiva a partir da porcentagem final atingida em cada item.

Gráfico 1

Você concorda com o termo acima? Consente em participar da pesquisa?

37 respostas

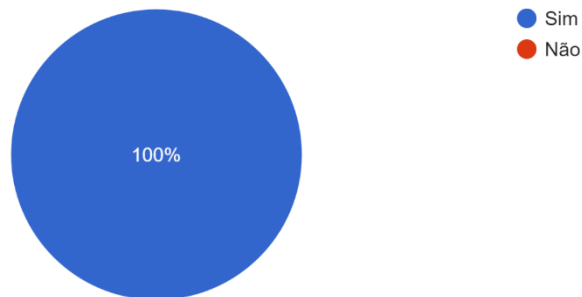


Fonte: AUTOR (2023)

A segunda pergunta refere-se, de maneira objetiva, ao fato de o militar servir ou já ter servido em algum Batalhão de Infantaria de Selva. Obteve-se a totalidade de respostas positivas, visto que, para o prosseguimento da pesquisa, era necessário que a resposta fosse “sim”, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2

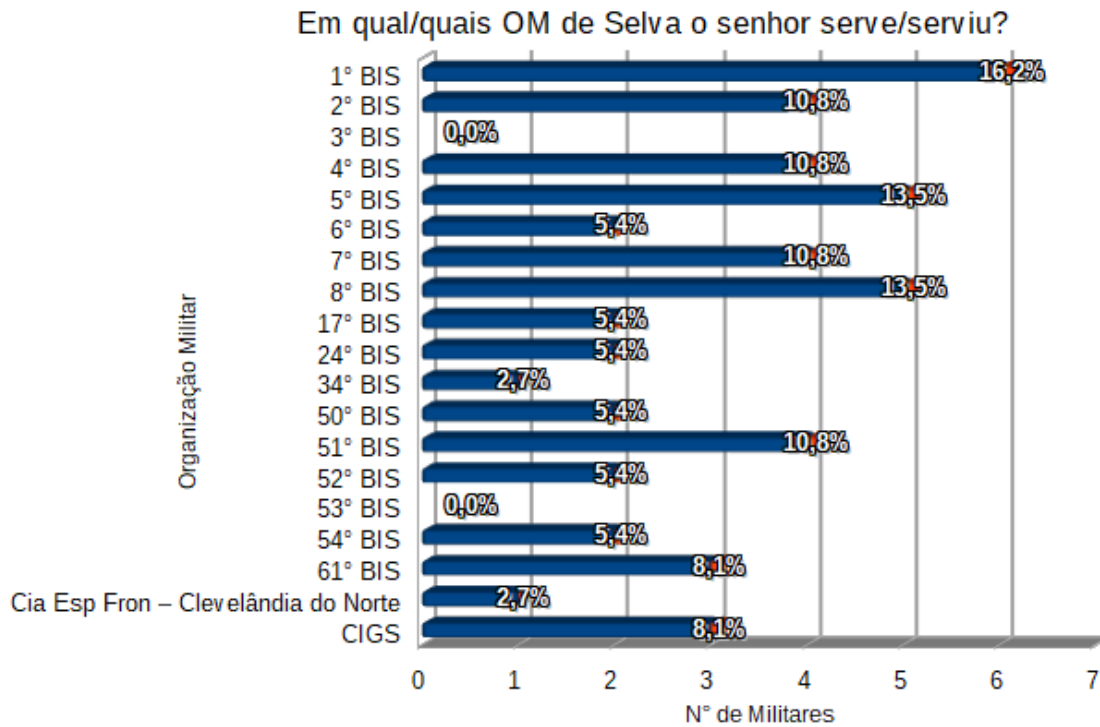
O senhor serve/serviu em algum Batalhão de Infantaria de Selva (BIS)?  
37 respostas



Fonte: AUTOR (2023)

O terceiro item consistia em marcar qual BIS o militar serve ou já serviu. Era possível marcar mais de uma opção ou adicionar outra OM. Constavam nas opções todos os BIS e foram adicionados o CIGS e a Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte, a qual é vinculada ao 34° BIS. Como resultado obteve-se, em número de respostas: 6 do 1° BIS; 4 do 2° BIS; 0 do 3° BIS; 4 do 4° BIS; 5 do 5° BIS; 2 do 6° BIS; 4 do 7° BIS; 5 do 8° BIS; 2 do 17° BIS; 2 do 24° BIS; 1 do 34° BIS; 2 do 50° BIS; 4 do 51° BIS; 2 do 52° BIS; 0 do 53° BIS; 2 do 54° BIS; 3 do 61° BIS; 3 do CIGS; e 1 da Cia Esp Fron – Clevelândia do Norte, conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3



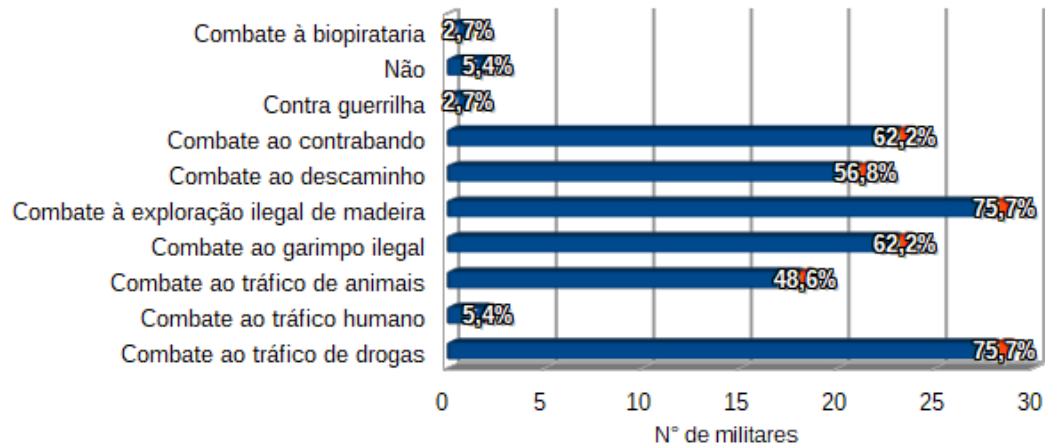
Fonte: AUTOR (2023)

A quarta pergunta refere-se aos tipos de operações de combate a crimes transfronteiriços e ambientais dos quais os entrevistados participaram. Era possível marcar mais de uma opção e acrescentar outros tipos de operações. Como resultados foram obtidos os seguintes dados: 28 (75,7%) de combate ao tráfico de drogas; 2 (5,4%) de combate ao tráfico humano; 18 (48,6%) de combate ao tráfico de animais; 23 (62,2%) de combate ao garimpo ilegal; 28 (75,7%) de combate à exploração ilegal de madeira; 21 (56,8%) de combate ao descaminho; e 23 (62,2%) de combate ao contrabando. Foram adicionados 1 (2,7%) de combate contraguerrilha; 1 (2,7%) de combate à biopirataria; 1 (2,7%) de resposta “não”; e 1 (2,7%) de resposta em branco, conforme demonstrado no gráfico 4.



Gráfico 4

Já participou de alguma operação de combate à crimes transfronteiriços ou ambientais? Se sim, quais?

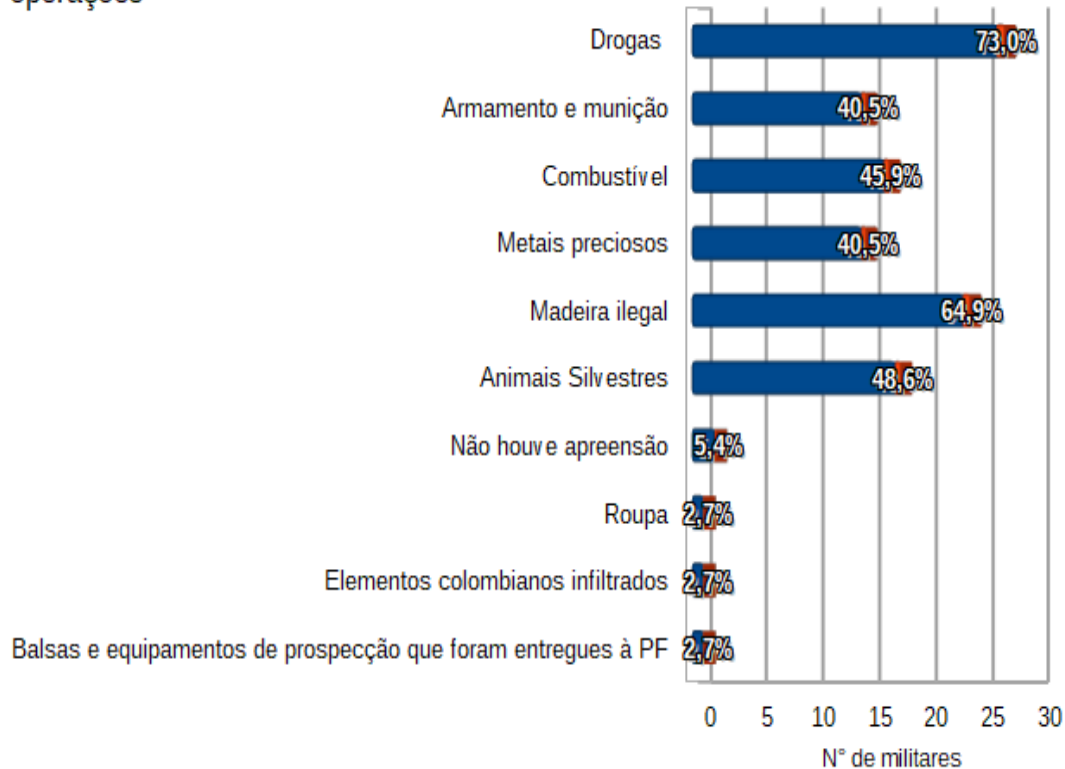


Fonte: AUTOR (2023)

A quinta pergunta refere-se aos materiais e substâncias apreendidos durante as operações. Era possível marcar mais de uma opção, bem como acrescentar outros tipos de apreensão. Foram obtidas as seguintes indicações: 27 (73%) de drogas; 15 (40,5%) de armamento e munição; 17 (45,9%) de combustível; 15 (40,5%) de metais preciosos; 24 (64,9%) de madeira ilegal; 18 (48,6%) de animais silvestres. Foram adicionados: 1 (2,7%) de “balsas e equipamentos de prospecção que foram entregues à PF”; 1 (2,7%) de “elementos colombianos infiltrados em território brasileiro”; 1 (2,7%) de roupa. Além disso, 1 (2,7%) respondeu que não houve apreensão e 1 (2,7%) de resposta em branco, conforme demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5

Identifique abaixo quais foram as substâncias e/ou materiais apreendidos durante as operações

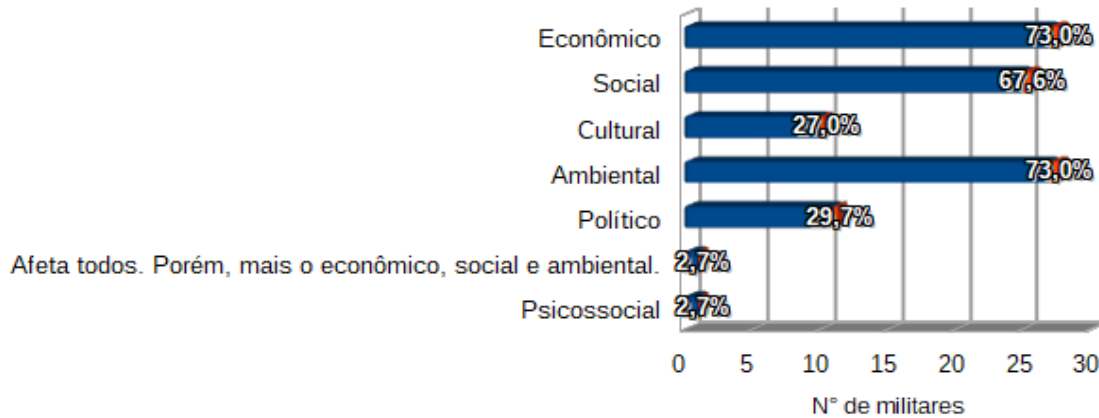


Fonte: AUTOR (2023)

A sexta pergunta refere-se aos aspectos em que as operações mais afetam a região amazônica. Era possível marcar mais de uma opção, além de ser possível também acrescentar outras respostas. Como resultado foram obtidos os dados a seguir: 27 (73%) econômico; 25 (67,6%) social; 10 (27%) cultural; 27 (73%) ambiental; e 11 (29,7%) político. Foram adicionados: 1 (2,7%) psicossocial; e 1 (2,7%) “pra falar a verdade, afeta em todos esses aspectos, mas em maior gravidade esses (econômico, social e ambiental)”, conforme demonstrado no gráfico 6.

Gráfico 6

Em quais aspectos o senhor mais considera que essas operações mais afetam a região amazônica?



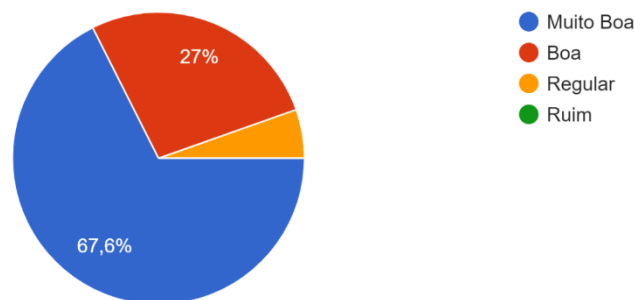
Fonte: AUTOR (2023)

A sétima pergunta referiu-se a como se analisava a opinião pública na Amazônia em relação às operações realizadas pelo EB. O participante deveria escolher entre “muito boa”, “boa”, “regular” e “ruim”. Como resultado obteve-se: 67,6% “muito boa”; 27% “boa”; e 5,4% “regular”. Nenhum participante marcou a opção “ruim”, conforme demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 7

Como o senhor analisa a opinião pública na Amazônia em relação às operações executadas pelo Exército Brasileiro?

37 respostas



Fonte: AUTOR (2023)

Para o item anterior, foi facultado ao participante justificar sua resposta. Foram obtidas quatorze (14) respostas, as quais serão descritas abaixo:

- 1) “Boa” Em muitos lugares, o que movimenta a economia do local são essas atividades ilícitas, que geram renda e empregos. Fazendo com que a maioria das pessoas da região não seja a favor da atuação no local.
- 2) “Muito Boa” A população, em sua maioria, apoia o emprego do Exército em operações na Amazônia.
- 3) “Muito Boa” Dentro da capacidade de cada OM, acredito que o exército realiza um excelente trabalho na fronteira. Pode-se melhorar, porém a região carece de efetivo e de atuação de outros órgãos do governo em apoio às operações.
- 4) “Boa” Coloquei Boa porque grande parte da população enxerga com positividade a atuação do EB, porém, principalmente por conta da cultura local, ainda há uma parcela da população que depende das ações ilegais, se beneficiando de modo direto ou indireto. Desta forma, dependendo do local de atuação ou do tipo de operação a ser conduzida, pode não contar com o apoio total da população local.
- 5) “Muito Boa” O Exército atua em áreas longínquas, onde nem mesmo as forças de segurança pública alcançam de maneira eficaz. Isso gera um sentimento de gratidão e respeito na população local.
- 6) “Muito Boa” Inibe a incidência da criminalidade e diminui a sensação de impunidade pela ausência do Estado.
- 7) “Muito Boa” Durante as operações nas quais participei e em contato com os habitantes locais pude perceber o quanto a presença do EB naquele tipo de operação era bem-vinda, haja a sensação de segurança que gerava.
- 8) “Boa” Nossas operações ainda são essencialmente repressivas. Precisamos estar enquadrados em ações de maior espectro, como ações de fomento ao desenvolvimento produtivo, buscando dar à população uma alternativa lícita de atividade para seu "ganha pão". A saída está aí: mudança da matriz econômica.
- 9) “Muito Boa” O EB acaba suprindo as deficiências dos órgãos ambientais que não possuem estrutura suficiente para operar na região amazônica.
- 10) “Muito Boa” Apoio às operações pelos nativos da região

11) “Regular” Pela CF 88, todas as OM Postadas na Faixa de Fronteira a menos de 150 km têm poder de polícia, permitindo que planejem missões de combate a crimes de responsabilidade de outros órgãos. Mas, não se pode esquecer que crimes transfronteiriços são responsabilidade da Polícia Federal e/ou Receita Federal, instituições que por motivos diversos não tem efetivo suficiente, Armamento adequado e Estabelecimento Logístico capaz de apoiar as ações contra as organizações criminosas com imensas ramificações internacionais. Assim, apesar de recentemente ter tido resultados mais expressivos por parte das FA, sem uma ação coordenada interministerial, desde as ações de Inteligência a efetividade das FA e da PF será sempre muito reduzida quando analisamos as estatísticas de tráfico de drogas, armas, humano, de animais e outros. Destaco que a partir de 2018 com o PPIF - Programa de Proteção Integrada de Fronteira começou a ser estruturada ações lideradas pelo Gabinete de Segurança Institucional no sentido coordenar ações que envolvam MD, Min Justiça, PF, REC FED, MRE e ABIN em ações de combate ao Crime Transfronteiriço, talvez em função disso recentemente a efetividade das apreensões de diversas naturezas têm ampliado tanto.

12) “Muito Boa” Pelo tratamento adequado aos infratores e o cuidado com o material apreendido, permanecendo muitas vezes como fiel depositário.

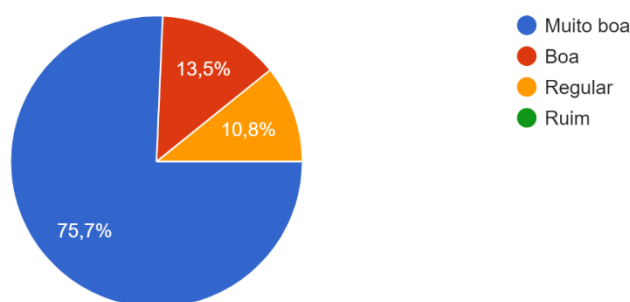
13) “Boa” Os desdobramentos da participação do EB em tais operações envolvem interesses de algumas pessoas influentes, o que, por vezes, resulta em pressões políticas externas ao ambiente operacional.

14) “Boa” Algumas operações, mesmo que em estrito cumprimento da lei, prejudicam comunidades inteiras que sobrevivem do dinheiro advindo do crime. Ex: madeiras que sustentam localidades inteiras.

A última questão solicitou que o militar avaliasse o trabalho realizado pelos BIS. O participante deveria escolher entre “muito boa”, “boa”, “regular” e “ruim”. Como resultado obteve-se: 75,7% “muito boa”; 13,5% “boa”; e 10,8% “regular”. Nenhum participante assinalou a alternativa “ruim”, conforme demonstrado no gráfico 8.

Gráfico 8

Como o senhor avalia de modo geral o trabalho realizado pelos Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônia?  
37 respostas



Fonte: AUTOR (2023)

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise dos dados, observou-se que a amostra foi bastante variada, contendo militares provenientes de praticamente todos os Batalhões de Infantaria de Selva. Os únicos Batalhões que não foram contemplados foram o 3º BIS e o 53º BIS. Ademais, houve ainda participação de militares do Centro de Instrução de Guerra na Selva e da Companhia Especial de Fronteira subordinada ao 34º BIS. A amplitude da amostra enriquece a pesquisa por apresentar experiências de militares em diferentes partes do território nacional no que se refere ao combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais, visto que as rotas de entrada desses ilícitos entre fronteiras variam no extenso ambiente amazônico, assim como também variam a incidência e os tipos de crimes ambientais.

Em relação às operações realizadas no ambiente amazônico, percebe-se que a maior parte dos entrevistados participou de missões de combate ao tráfico de drogas (75,7%) e à exploração ilegal de madeira (75,7%). A alta incidência desse tipo de missão deve-se à alta ocorrência do narcotráfico na região e ao desmatamento desenfreado, o que corrobora com a pesquisa supracitada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que afirma que o tráfico de drogas e os crimes ambientais são os principais responsáveis por fomentar a violência nessa área. Nesse contexto, o aspecto social é diretamente afetado, pois percebe-se um desequilíbrio no que tange à segurança pública, indo ao encontro à pesquisa de James (2020), que estabelece o Amazonas como um dos estados mais violentos do Brasil.

As ações de combate ao garimpo ilegal (62,2%), ao contrabando (62,2%) e ao descaminho (56,8%) também apresentaram uma quantidade significativa de participantes. O contrabando e o descaminho são ilícitos que impactam o aspecto econômico, pois se relacionam com a importação ou exportação de produtos que, na maioria das vezes, são comercializados. Já o garimpo ilegal impacta os aspectos ambiental, econômico e social, uma vez que o uso do mercúrio para extração dos minérios causa a contaminação dos solos e dos rios, além de gerar conflitos entre indígenas, garimpeiros, ambientalistas, forças de segurança pública e facções criminosas, e provocar um prejuízo financeiro equivalente a R\$1,7 milhão por quilo de ouro extraído ilegalmente.

Foram elencados também o combate ao tráfico de animais (48,6%), ao tráfico humano (5,4%), à biopirataria (2,7%) e contraguerrilha (2,7%). A biopirataria, no qual está englobado o tráfico de animais, impacta no aspecto econômico e ambiental, visto que esses animais são comercializados nos mercados nacional e internacional. Além disso, essa atividade promove o aumento da extinção de espécies ameaçadas, viabilizando a desregulação da fauna amazônica. O combate ao tráfico humano e o combate contraguerrilha foram atividades menos praticadas pelos BIS, porém são realidades que acontecem em solo nacional e são combatidas prioritariamente por outras tropas. O tráfico de pessoas e a prostituição infantil são atividades que demonstram um desequilíbrio social alarmante na região e revelam a falta de segurança, principalmente para os mais vulneráveis, que reflete no maior índice nacional de mortalidade infantil. O combate contra a guerrilha, por sua vez, é de extrema importância para manter a integridade da soberania nacional, não permitindo que agentes armados externos ao Brasil adentrem o território e realizem atividades ilícitas.

No gráfico 5, referente aos materiais apreendidos durante as operações, observou-se que apenas dois participantes assinalaram que não apreenderam nenhum material durante as operações. Isso demonstra a efetividade das missões cumpridas pelos Batalhões de Infantaria de Selva. A Tabela 1, exposta no anexo A, ilustra os resultados divulgados pelo EB no 2º semestre de 2018 e no ano de 2019.

No gráfico 6, o qual se refere aos aspectos que as operações mais impactam na região amazônica, elencou-se preponderantemente os fatores econômico (73%) e o ambiental (73%). Esse resultado pode-se valer, principalmente, do aumento desenfreado do garimpo e exploração ilegais de madeira, pois ambos são atividades de caráter comercial que afetam diretamente o meio ambiente. Outrossim, corrobora com os dados apresentados pelo IPAM, que apresenta o alargamento de 495% em 10 anos da atividade do garimpo ilegal, bem como com os resultados

da Operação Verde Brasil, no qual se apreendeu mais de 500.000 m<sup>3</sup> de madeira ilegal e se inutilizou 843 motores de garimpo.

O aspecto social (67,6%) pode ser considerado uma consequência de todos os outros fatores, pois todos os crimes apresentados interferem nos índices de violência, economia, cultura, política, ou outros elementos que afetam a sociedade local. A respeito dos níveis político (29,7%) e cultural (27%), pode-se dizer que são relacionados aos ilícitos apontados, porém não são observados de maneira direta como os outros aspectos, o que torna imprescindível uma análise sociológica mais apurada para se obter uma melhor compreensão.

No gráfico 7, que se refere às consequências que essas operações resultam para a imagem do EB na Amazônia, nota-se que 94,6% dos participantes responderam entre “muito boa” ou “boa”, restando apenas 5,4% que marcaram a opção “regular” e nenhum participante considerou a alternativa “ruim”. Dessas informações é possível deduzir que os militares podem perceber de maneira empírica que a população da região amazônica, em sua maioria, sente-se satisfeita com a atuação dos BIS nas operações. Para complementar a pergunta, foi deixado um espaço aberto e opcional para quem quisesse justificar sua resposta. Nas respostas subjetivas, obteve-se que aquelas elencadas como “boas” assim o foram devido à dependência econômica que parte da população tem em relação às atividades ilícitas e à pressão política existente externa ao ambiente operacional. Nas respostas “muito boa” nota-se a valorização do EB por atuar em áreas longínquas, a inibição da criminalidade com a presença dos militares e o tratamento adequado durante as operações.

Por fim, no gráfico 8 foi perguntado sobre como o entrevistado avaliava, de modo geral, a atuação dos BIS. Como resultado, obteve-se que 89,2% dos participantes avaliaram como “muito boa” e “boa” a atuação desses Batalhões. No entanto, 10,8% avaliaram a atuação como “regular”, e nenhum avaliação a atuação como “ruim”. Nesse contexto, pode-se perceber que os BIS são muito bem-conceituados, tanto pela população local, quanto pelos próprios militares que trabalham ou já trabalharam nesse ambiente operacional.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu compreender como o Exército Brasileiro, com enfoque nos Batalhões de Infantaria de Selva, tem atuado no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na Amazônia no século 21, possibilitando verificar sua eficácia nesse contexto operacional e analisar as consequências decorrentes desse tipo de operação.

De um modo geral, devido ao grande vazio demográfico presente no território amazônico e às diversas rotas de entrada, o que torna a região extremamente permeável, percebe-se uma grande incidência de narcotráfico e crimes ambientais, o que motiva as diversas operações realizadas pelo EB para combater a entrada e saída de drogas, substâncias, animais, madeiras, armamento, ou qualquer outro material ilegal.

As diversas operações, em grande maioria realizadas em cooperação e coordenação com outros órgãos de segurança, apresentam consequências em diferentes aspectos, nos quais se destacam o econômico, ambiental e social. Dessa maneira, as missões realizadas pelos BIS objetivam a trabalhar na melhoria desses aspectos, visto que grande parte da população ainda se utiliza desses ilícitos como forma de sustento. Em decorrência disso, os índices de violência na região são elevados e crimes, como garimpo e extração ilegal de madeira, impactam de maneira extremamente prejudicial o sistema ecológico da grande floresta.

Ao analisar as pesquisas bibliográficas, documental e o questionário aplicado, pode-se perceber que os Batalhões de Infantaria de Selva possuem militares capacitados e bem adestrados para cumprir as missões no ambiente operacional hostil e imprevisível amazônico, apresentando resultados satisfatórios e eficazes frente aos desafios impostos.

Todavia, nota-se, também, que as causas estruturais do desmatamento e do narcotráfico na Amazônia vão além do que pode ser combatido com ações diretas. A pressão econômica, gerada por um ciclo vicioso que se alimenta por meio das atividades do narcotráfico, tem uma consequência social e cultural que só poderá ser reparada com políticas públicas que supram a necessidade básica da população que utiliza esses meios ilegais para sobreviver.

Dada a importância do tema, torna-se necessário que se faça estudos mais aprofundados acerca de políticas e estratégias que promovam a solução das causas basilares dos problemas transfronteiriços e ambientais da Amazônia. Além disso, percebe-se a necessidade de aumentar o número de Batalhões de Infantaria de Selva, bem como de suas Companhias e Pelotões destacados em regiões mais longínquas e isoladas da extensa fronteira amazônica, pois a

presença do Exército contribui para inibir a ocorrência de ilícitos. Dessa maneira, é possível que o combate a esses crimes se torne mais de caráter preventivo e menos de caráter repressivo.

Por fim, vale ressaltar que a defesa da fronteira é uma questão de soberania nacional e cabe ao Exército Brasileiro mantê-la íntegra. Com isso, torna-se evidente que, para proteger um território de alto valor estratégico e de tamanha cobiça internacional, como a Amazônia, faz-se necessário que os Batalhões de Infantaria de Selva atuem com eficácia na proteção e no combate às ameaças externas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruno Corrêa. **Os ilícitos transfronteiriços na Área de Responsabilidade do Comando Militar da Amazônia e seus reflexos para o preparo de suas tropas.** Orientador: Wildson Pereira Santos. 2021. 71 f. TCC (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10109> Acesso em: 15 mar. 2023

ANDRADE, Marcelo Teixeira Emídio. **A atuação do Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) na defesa e desenvolvimento da Amazônia Brasileira no século XXI.** Orientador: Eduardo Lemos Pereira de Almeida. 2020. 86 f. TCC (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8842>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ANGELO, Maurício. **Dos militares ao novo PGR, grandes projetos ameaçam uma das áreas mais preservadas da Amazônia.** [Brasília]: INESC, 11 out. 2019. Atualizado em 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/dos-militares-ao-novo-pgr-grandes-projetos-ameacam-uma-das-areas-mais-preservadas-da-amazonia/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BARROS, Ciro. A íntima relação entre cocaína e madeira ilegal na Amazônia. **Agência Pública**, São Paulo, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/a-intima-relacao-entre-cocaina-e-madeira-ilegal-na-amazonia>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **ABIN atua na Inteligência da Ágata 11:** Atual edição da operação combate ilícitos de fronteira do Rio Grande do Sul a Roraima 14 jun. 2016. Atualizado: 09 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/noticias/abin-atua-na-inteligencia-da-agata-11>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.864, de 24 de novembro de 1941.** Estatutos dos Militares. 1941. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3864.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 7-20:** Batalhões de Infantaria. 3. Ed (Revisada). Brasília: EGGCF, 2007.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **IP 72-1:** Operações na selva. Brasília: EGGCF, 1997.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da defesa, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999.** Brasília, DF, ago. 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm). Acesso em 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Nota do Ministério da Defesa.** [S. l.] Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/06/nota-defesa.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata Norte apreende mais de 146 mil toneladas de manganês e erradica 3 mil pés de maconha no Pará.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/operacao-agata-norte-apreendemais-de-146-mil-toneladas-de-manganes-e-erradica-3-mil-pes-de-maconha-no-para>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Conjunta das Forças Armadas Brasileiras em coordenação com outros órgãos federais e estaduais na faixa de fronteira da Amazônia para combater delitos transfronteiriços e ambientais** Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/agata/a-operacao>. Acesso em: 14 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. 11 nov. 2020. **Operação Verde Brasil 2 completa 6 meses de atuação.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2020/11/operacao-verde-brasil-2-completa-6-meses-de-atuacao>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. 30 abr. 2021. **Operação Verde Brasil 2 encerra com queda no desmatamento.** Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/operacao-verde-brasil-2-encerra-com-queda-no-desmatamento>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Força-Tarefa Amazônia apresenta balanço de dois anos de atuação no combate ao crime na região.** MPF, Procuradoria da República no Amazonas. 04 set. 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/forca-tarefa-amazonia-apresenta-balanco-de-dois-anos-de-atuacao-no-combate-ao-crime-na-regiao>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CARMO, Wagner. **Os Recursos Naturais da Amazônia e as Estratégias Econômicas.** 2017. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/os-recursos-naturais-daamazonia-e-as-estrategias-economicas-por-wagner-car-mo>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CASSÂNEGO, G. A. **O emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira no combate aos ilícitos transfronteiriços e a ampliação de suas capacidades por meio do SISFRON.** Revista Agulhas Negras, 1 (1), p. 11 - 16, jan/dez 2017. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/887>. Acesso em: 15 mar. 2023

CERQUEIRA, M. G. P. L. **O emprego do Pelotão de Infantaria de Selva no combate ao Narcotráfico e aos crimes ambientais na região amazônica.** Orientador: Lucas Assis Fagundes. 2022. 56 p. TCC (Graduação) – Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11128>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, G. D. L. **Os pelotões especiais de fronteira e suas ações transfronteiriças contra o narcotráfico e crimes ambientais.** Orientador: Pedro Costa Neves. 2022. 41 p. TCC (Graduação) – Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11144>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUQUE, João Carlos. **As contribuições do exército relacionadas à defesa, preservação e proteção dos recursos naturais da Amazônia Oriental, a partir dos governos militares – 1964**. Orientador: Cel Art Marcos José Martins Coelho. 2019. 58 p. TCC (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5796>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica-sintese-dos-dados.pdf>. Acesso em: 10 mai. 23.

GUARINO JUNIOR, R. W. **A atuação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva no combate aos Crimes Transnacionais na faixa de fronteira da Amazônia Oriental Brasileira**. Orientador: Rogério de Amorim Gonçalves. 2019. 69 f. Projeto de Pesquisa (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5048/1/MO%200921\\_GUARINO.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5048/1/MO%200921_GUARINO.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da Amazônia Legal**. IBGE, Brasil: 2020. Disponível em: [https://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/amazonia\\_legal/2020/Mapa\\_da\\_Amazonia\\_Legal\\_2020.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2020/Mapa_da_Amazonia_Legal_2020.pdf). Acesso em 25 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Garimpo na Amazônia: O coração da floresta e suas veias são impactados**. IPAM AMAZÔNIA, Brasil: 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/garimpo-na-amazonia-o-coracao-da-floresta-e-suas-veiasimpactados>. Acesso em: 27 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá**. 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo17.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo17.pdf). Acesso em: 13 fev. 2023.

JAMES, C. **Biomás do Brasil: tudo sobre a Amazônia**. São Paulo: Pé da Letra, 2020.

KEDE, Mariana Vianna. **Ações cívico sociais e sua importância para o Exército Brasileiro**. Orientador: 1º Ten Antonio Manne Filho. 2019. 23 f. TCC (Especialização) – Curso de Formação de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde/ Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares, Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, 2019. Disponível em: [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5210/1/MONO\\_KEDE\\_CFO.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5210/1/MONO_KEDE_CFO.pdf). Acesso em: 14 fev. 2023.

MARQUES, A. L. **A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte, para o desenvolvimento da Amazônia Legal.** Orientador: Cel Inf André Vicente Scafutto de MENEZES. 2021. 38 p. *Policy Paper* (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/9930> Acesso em: 14 fev. 2023.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica: volume 2.** Rio de Janeiro, RJ. Biblioteca do Exército, 2011.

MEIRELLES, J. F. **O livro de ouro da Amazônia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

MOTA, Juliana. **Microssatélites de última geração vão monitorar desmatamento na Amazônia.** [Brasília]: Ministério da Defesa, 31 mai. 2022. Atualizado em 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/censipam/pt-br/noticias/microssatelites-de-ultima-geracao-vaio-monitorar-desmatamento-na-amazonia>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MUNIZ, C. H. F. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira amazônica e o atual preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva para atuar nesse contexto.** 2018. 73 f. TCC (Especialização) – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Entenda a importância da OTCA.** 2022. Disponível em: [www.otca.org/pt/quem-somos/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Tratado%20de,bloco%20socioambiental%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.>](http://www.otca.org/pt/quem-somos/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Tratado%20de,bloco%20socioambiental%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.>). Acesso em: 14 fev. 2023.

PORTO, Jadson Luis Rebelo; CAVLAK, Iuri; NORONHA, Andrius Estevam. **Faces da Fronteira: entre histórias e espaços, encontros e desencontros.** 3. ed. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2018.

SILVA, Antenor Alves. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico.** Salvador: Pontocom, 2015.

SOUZA, M. **História da Amazônia.** São Paulo: Scipione, 2020.

ZAIA, Sophia Luiza. **As Operações Ágata.** Conjuntura Global, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 173-180. jul./set. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34625/21452>. Acesso em: 02 mar. 2023.

## APÊNDICE: QUESTIONÁRIO ELABORADO NO GOOGLE FORMS

PESQUISA: A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21.

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21” sob a

responsabilidade do pesquisador SILVIO FELIX DO NASCIMENTO FILHO, e orientação do Ten Caio Facchini Rodrigues.

Nesta pesquisa pretende-se analisar como os Batalhões de Infantaria de Selva são aplicados nas operações de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais no ambiente operacional amazônico e, com isso, apresentar os resultados e consequências alcançados nessas operações.

Sua participação é de caráter voluntário e se dará como descrito:

Coleta de dados: a pesquisa terá como instrumento utilizado a coleta de dados através da aplicação de questionário por meio da plataforma virtual Google Forms para cerca de 50 militares do Exército Brasileiro que já serviram, ou servem, em Batalhões de Infantaria de Selva a partir do ano 2000.

Destino dos dados coletados: o pesquisador será responsável pelos dados originais coletados da pesquisa por meio do questionário, esses permanecerão em posse do pesquisador por 3 anos e após serão destruídos. Os conhecimentos gerados através da pesquisa não serão utilizados de forma a prejudicar os militares participantes ou instituição na qual realizou-se a pesquisa. Os dados obtidos por meio do questionário serão utilizados para monografia a ser apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa: um possível risco que a pesquisa pode representar para os voluntários é que eles podem se sentir desconfortáveis, inseguros ou relutantes em fornecer algumas das informações que o pesquisador solicita por meio do questionários. A fim de precaver-se dos riscos que possam advir deste estudo, é garantido ao participante o direito ao anonimato; a renunciar ao estudo a qualquer momento; a não responder a quaisquer questões que considere oportunas; e a solicitar que os dados fornecidos durante a pesquisa não sejam utilizados. O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de oferecer aos militares e à comunidade acadêmica maior percepção quanto à utilização dos Batalhões de Infantaria de Selva como ferramenta de defesa da Amazônia e, conseqüentemente, da soberania nacional. Ao final do presente estudo, os principais benefícios serão elucidados e poderão ser destinados tanto aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras quanto aos militares envolvidos na pesquisa.

Garantias e indenizações: o direito à indenização nos termos da lei é garantido às pessoas que sofram qualquer tipo de dano pessoal ou material em resultado de ferramentas ou técnicas de recolha de dados. Os participantes têm o direito de serem informados sobre os resultados parciais e finais do estudo, podendo, a qualquer momento do estudo, entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecer suas dúvidas; sem nenhum custo para o

participante durante o desenvolvimento do estudo ou após a conclusão do estudo; as respostas ao questionário serão realizadas em data e hora convenientes ao participante; os participantes podem se recusar a participar do estudo ou escolher abandonar o estudo a qualquer momento.

Para qualquer outra informação o senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (61) 99217-6464 ou e-mail: felixsilviopsi@gmail.com.

Você concorda com o termo acima? Consente em participar da pesquisa? Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Qual seu nome completo?

Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa “A UTILIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO 21” de forma clara e esclareci minhas dúvidas, estou ciente que em qualquer momento poderei solicitar informações sobre a pesquisa, da mesma forma posso deixá-la se assim desejar. Marcar apenas uma oval.

SIM

O senhor serve/serviu em algum Batalhão de Infantaria de Selva (BIS)? Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Em qual/quais OM de Selva o senhor serve/serviu? Marque todas que se aplicam.

1° BIS

2° BIS

3° BIS

4° BIS

5° BIS

6° BIS

7° BIS

8° BIS



17° BIS

24° BIS

34° BIS

50° BIS

51° BIS

52° BIS

53° BIS

54° BIS

61° BIS

Outro:

Já participou de alguma operação de combate a crimes transfronteiriços ou ambientais? Se sim, quais? Marque todas que se aplicam.

Combate ao tráfico de drogas;

Combate ao tráfico humano;

Combate ao tráfico de animais;

Combate ao garimpo ilegal;

Combate à exploração ilegal de madeira;

Combate ao descaminho;

Combate ao contrabando;

Outro:

Identifique abaixo quais foram as substâncias e/ou materiais ilegais apreendidos durante as operações. Marque todas que se aplicam.

Drogas

Armamento e munição

Combustível

Metais preciosos

Madeira ilegal

Animais silvestres

Outro:

Em quais aspectos o senhor considera que essas operações mais afetam a região amazônica?  
Marque todas que se aplicam.

Econômico

Social

Cultural

Ambiental

Político

Outro:

Como o senhor analisa a opinião pública na Amazônia em relação às operações executadas pelo Exército Brasileiro? Marcar apenas uma oval.

Muito Boa

Boa

Regular

Ruim

Caso deseje, justifique de maneira sucinta a pergunta acima.

Como o senhor avalia de modo geral o trabalho realizado pelos Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônia?

Marcar apenas uma oval.

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

**ANEXO: TABELA - RESULTADOS DIVULGADOS PELO EXÉRCITO, NO  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 E NO ANO DE 2019**

Tabela 1 - Resultados divulgados pelo exército, no 2º semestre de 2018 e no ano de 2019

<b>TRANSCRIÇÃO DO TEXTO</b>	<b>FONTE</b>
Os militares do 3º BIS apreenderam cerca de 450 kg de skunk em uma embarcação por volta do meio-dia desta segunda-feira, 30 de julho. A droga foi encontrada pelo Exército Brasileiro, durante fiscalização no Posto de Controle e Interdição Fluvial, na região de Santa Isabel do Rio Negro. Foram apreendidos mais de 300 pacotes, com cerca de 1,5kg de skunk cada. Além da embarcação apreendida, três suspeitos foram presos.	EB apreende quase meia tonelada de skunk. Página institucional do CMA. Manaus-AM,2018
Tabatinga (AM) – Durante o mês de agosto, em prosseguimento à terceira fase da Op. Escudo, o 4º PEF, em Estirão do Equador, pertencente ao Comando de Fronteira Solimões (Cmdo Fron)/8º BIS, operou os seus Postos de Bloqueio e Controle Fluvial (PBCFlu), para fins de combate aos delitos transfronteiriços e ambientais na região do Alto Rio Solimões. (grifo nosso) Na ocasião, foram apreendidos centenas de ovos de quelônios (Tracajá), animais silvestres, carnes de caça e madeiras que estavam sendo transportados ilegalmente.	Operação Escudo - Apreensão de ilícitos na calha do Rio Javari. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2018.
O CMA, por meio dos militares do 4o PEF/CEF/5o BIS, apreendeu 126,8 kg (cento e vinte e seis quilos e oitocentos gramas) de skunk durante patrulha no Rio Negro, no contexto da Operação Cabeça do Cachorro (Op. Ágata). A apreensão foi realizada no Distrito de CUCUÍ – São Gabriel da Cachoeira/AM, por volta das 3h30 da manhã de domingo, 05 de agosto, quando a embarcação interceptada pelos militares, foi abandonada à margem do rio. (grifo nosso)	Exército Brasileiro apreende mais de 120 kg de skunk. Página institucional do CMA. Manaus-AM, 2018.
Boa Vista (RR) – No dia 14 de agosto, a 1ª Bda Inf SI, por intermédio do 1º BIS (Aeromóvel), no contexto da Op Curare IX, realizou uma interdição de pista de pouso clandestina, utilizada para garimpagem ilegal, no Rio Couto de Magalhães, na região do alto Mucajaí. (...) Na ação, também foram apreendidos dois motores de draga, um motor rabeta, uma canoa de madeira, 150 litros de gasolina, 150 metros de mangueira para draga, e 6 munições calibre 36 e nove munições calibre 28. A Op Curare IX, deflagrada em 13 de agosto, (...) tem a finalidade de intensificar a presença do Estado Brasileiro junto à faixa de fronteira, contribuindo	Operação Curare IX - Interdição de pista de pouso clandestina. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2018.

---

no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais (grifo nosso).

Guajará-Mirim (RO) – No período de 17 a 20 de setembro de 2018, Cmdo Fron RO/6º BIS desencadeou uma Operação Ágata-Curaretinga em conjunto com a Marinha do Brasil, nos Rios Mamoré e Pacaás Novos, na guarnição de Guajará-Mirim. (...) Foram realizadas diversas incursões, bem como inspecionadas 118 embarcações, dentre as quais seis foram notificadas e três apreendidas. (...) A presença do Estado se faz importante nessa região da faixa de fronteira sob a responsabilidade da 17ª Bda Inf Sl. Como resultado tangível dessa apreensão, somou-se um valor estimado de R\$ 40.000,00 de prejuízos aos criminosos (grifo nosso).

Tabatinga (AM) – No dia 20 de novembro do corrente ano, o Cmdo Fron Solimões/8º BIS, no contexto da Operação Base Anzol, atividade permanente que reúne esforços interagências entre o Batalhão e os órgãos de segurança pública e federal, executou posto de controle e interdição fluvial (PCIFlu), patrulhas fluviais e revista de pessoas e embarcações, no sentido de contribuir para o combate aos ilícitos na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), às margens do Rio Solimões, na guarnição de Tabatinga (AM). (grifo nosso) Durante a revista de uma embarcação tipo “regional”, militares do Batalhão, junto com os agentes da Polícia Federal e integrantes da Polícia Militar do Amazonas, realizaram a apreensão de 12 kg de pasta base de cocaína(...).

Tabatinga (AM) – No dia 17 de dezembro do corrente ano, o Cmdo Fron Solimões/8º BIS, no contexto da Operação Base Anzol, atividade permanente que reúne esforços interagências entre o Batalhão, Polícia Federal do Amazonas (PF/AM) e Polícia Militar do Amazonas (PM/AM), executou posto de controle e interdição fluvial (PCIFlu) e patrulhas fluviais, no sentido de contribuir para o combate aos ilícitos na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), às margens do Rio Solimões, na Guarnição de Tabatinga. (grifo nosso) Na ocasião, foram apreendidos cerca de 51 kg de PBC (Pasta Base de Cocaína), numa embarcação regional. A droga estava no porão da embarcação supramencionada e foi encontrada por militares do Batalhão, após denúncia anônima (...).

Tabatinga (AM) – No dia 18 Março, o Cmdo Fron Solimões/8º BIS, em constantes operações em prol da defesa e proteção da Amazônia, após denúncia de um local de guarda e venda de material proibido de caça e pesca na região do Carço às margens do Rio Curuçá, militares do 4º PEF (Estirão do Equador), realizaram um reconhecimento de

Exército, Marinha e Polícias Federal e Ambiental atuam juntos durante Operação Ágata. Curaretinga. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2018.

Operação Base Anzol faz apreensão de entorpecentes na região do Alto Solimões. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2018.

Operação de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais em apoio aos órgãos de segurança pública. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2018.

Apreensão de material de caça e pesca ilegal. Publicado em: 21 MAR 2019 Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

---

---

fronteira (ReFron) na área denunciada e após a revista do local, foi confirmado o delito e foram apreendidos, armas caseiras, espingarda calibre 16, rifle calibre 22, caixas de espinhel para tartarugas, puçás de alevinos, arpoeiros de Pirarucu, motor serra, malhadeiras de Pirarucu, sal, sacos de malhadeira para tracajá e tartarugas. Foi realizado o termo de Apreensão pela Polícia Federal e tomados os procedimentos cabíveis (grifo nosso).

Porto Velho (RO) – No período de 23 de abril a 26 de maio de 2019, a 17ª Bda Inf SI realizou a Operação ÁGATA/AJURICABA IV (...). A operação teve como objetivo a intensificação da presença do Exército Brasileiro na faixa de fronteira por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais (grifo nosso). Também foram lavrados 42 Autos de Prisão em Flagrante Delito e apreendidos: 11 dragas; 03 embarcações; 01 avião monomotor; 02 caminhões; 20 carros e motos; 11 tratores; 4.268 metros cúbicos de madeira; 5,30 Kg de drogas; 2.590 litros de combustível; 1,20 litro de mercúrio; 11.359 munições de diversos calibres; 2.450 Kg de explosivos; 3.150 metros de cordel detonante; e R\$ 803.422,00 em espécie. Todas as apreensões realizadas foram estimadas em aproximadamente R\$ 24,5 milhões.

Porto Velho (RO) – No período de 17 a 21 de junho de 2019, o Cmdo Fron RO/ 6º BIS participou da Operação Ajuricaba. (...) Ao todo foram revistados mais de 110 veículos e 20 embarcações. Três pessoas foram detidas. Dentre os principais resultados destacam-se as apreensões de uma balsa, um automóvel e uma bomba hidráulica. Os detidos e o material apreendido foram conduzidos à Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, Rondônia.

Porto Velho (RO) – No 1º semestre do ano de 2019, a 17ª Bda Inf SI concluiu com êxito todas as suas atividades, tendo realizado 119 Operações (...) dentre elas, destacam-se as Op Ágata Escudo, Curaretinga e Curare, com a finalidade de coibir delitos transfronteiriços como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, além de combater crimes ambientais e garimpos ilegais, colaborando com a melhoria da segurança da região e do País (...). (grifo nosso) No contexto dessas operações, foram realizadas patrulhas terrestres, fluviais e aéreas, e inspeções nos principais rios, estradas, aeródromos e áreas ambientais. (...) Os seguintes resultados tangíveis foram obtidos por meio das operações realizadas no primeiro semestre de 2019, cujo valor tangível estimado ultrapassa R\$ 43 milhões: Inspeções: 34.058 veículos leves e motos; 12.223 caminhões, ônibus e vans; 2.169 pedestres; 1.837 embarcações; 23 inspeções em aeródromos; e 04

17ª Bda Inf SI executa a Op Ajuricaba IV. Página institucional do CMA. Manaus-AM, 2019.

Cmdo Fron RO/6º BIS participa da Operação Ajuricaba V. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

Brigada Príncipe da Beira apresenta relatório de resultados tangíveis do 1º Semestre de 2019. Página institucional do EB Brasília-DF, 2019.

---

---

reconhecimentos de locais com pista de pouso clandestina e/ou não regularizada. Patrulhas: 183 patrulhas terrestres e 169 patrulhas fluviais. Apreensões mais significativas: 30 embarcações/dragas de garimpo e 08 motores; 139 maquinários diversos; 20 motosserras; 24 veículos leves; 21 motos; 16 tratores; 09 caminhões; 07 Kg de drogas; 1.668 produtos de contrabando e descaminho; R\$ 1.002.296,00 (dinheiro em espécie); 60 Kg de carne e pescado; 6.504 litros de combustível; 11.448 m<sup>3</sup> de madeira irregular; 17 celulares; 39 armas; 11.465 munições de diversos calibres; e 2.450 Kg de explosivos. Prisões: 113 Autos de Prisão em Flagrante Delito (APFD) e foragidos da Justiça. Fiscalização de Produtos Controlados: 32 fiscalizações em pedreiras; 105 fiscalizações de pessoas jurídicas, com 04 empresas autuadas; 45 fiscalizações de pessoas físicas; e 693 armas destruídas. (...)

Guajará-Mirim (RO) – No período de 29 de julho a 09 de agosto, o Cmdo Fron RO / 6º BIS desencadeou mais um evento da Operação Ajuricaba VI, com a finalidade de atuar contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços (grifo nosso). (...) Ao todo, 06 pessoas foram detidas e os seguintes materiais apreendidos: 01 espingarda Cal. 20 com munições, 02 tratores, 01 motosserra e 150 Kg de pescado. O valor das apreensões foi estimado em R\$ 315 mil reais(...).

Estirão do Equador (AM) – O 4º PEF, no cumprimento de sua missão constitucional, atua, diuturnamente, na garantia da soberania nacional na faixa de fronteira com a República do Peru, na calha do rio Javari e seus afluentes, no combate aos diversos ilícitos e na proteção do meio ambiente. Dentro do contexto da 3ª fase da Operação Escudo, entre os dias 20 e 29 de julho, o 4º PEF realizou mais um reconhecimento de fronteira empregando um Destacamento de Operações na Selva, (...) (grifo nosso). Durante todo o percurso fluvial, foram realizadas revistas em todas as embarcações que estavam no rio Javari e afluentes, obtendo como resultado nove apreensões, sendo: 140 quilos de pirapitinga, 233 quilos de paca, 82 quilos de veado, 524 quilos de anta, 35 quilos de macaco, 45 quilos de queixada, 124 quilos de pirarucu, 1 jacaré e 316 ovos de tracajá.

Tabatinga (AM) – Em Tabatinga no Estado do Amazonas, o Cmdo Fron Solimões/8º BIS em Operação Integrada com agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Base Itui/Itaquai, empregou um Destacamento de Operações na Selva (DOS), a fim de colaborar no combate aos diversos ilícitos na faixa de fronteira (grifo nosso). (...) Como resultado dessas intensas ações, foram apreendidos 02 (duas) canoas pequenas, 01 (uma) canoa grande, 01 (um) motor 13cv, 23 (vinte e três)

Operação Ajuricaba VI contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

Operação Escudo - 3ª Fase (Reconhecimento de Fronteira). Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

Operação Integrada emprega Destacamento de Operações na Selva no combate a ilícitos na faixa de fronteira. Página Institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

---

---

malhadeiras, 04 (quatro) litros de combustível, 150 (cento e cinquenta) quilos de carne de anta, 600 (seiscentos) quilos de pirarucu, 40 (quarenta) mil ovos de tracajá, 300 (trezentos) tracajás e 04 (quatro) arpões.

Tarauacá (AC) – No período de 5 a 9 de agosto de 2019, o Cmdo Fron Juruá e 61° BIS desencadeou mais um evento da Operação Ajuricaba VI, com a finalidade de atuar contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços (grifo nosso). (...) Durante a operação, uma pessoa foi detida e os seguintes materiais apreendidos: 30 kg de carne de caça, um revólver Cal. 38, um rifle Cal. 22 com munições e pólvora. O detido foi conduzido para uma guarnição da Polícia Militar do Estado do Acre.

Tabatinga (AM) – No dia 20 de setembro, o Cmdo Fron Solimões/ 8° BIS, em operação integrada chamada Base Anzol, com a Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e programa Estratégia Estadual de Segurança Pública nas Fronteiras (ESFRON), apreendeu, aproximadamente, 7 kg de pasta base de cocaína (PBC) que estavam escondidos por baixo do forro da mala de um passageiro estrangeiro. (...) Prosseguindo nos trabalhos dessa operação, em outra embarcação de transporte de pessoal, foram encontrados mais cerca de 2 kg de PBC, dessa vez, dentro de um colete salva vidas. (...)

61° BIS permanece na Op Ajuricaba VI, com ações nas proximidades dos rios Juruá, Envira, Tarauacá e Murú, no AC. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

Apreensão de pasta base de cocaína em Tabatinga. Página institucional do EB. Brasília-DF, 2019.

---

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2021)